



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)
ATA DA REUNIÃO GAEPE – 26/03/2021
(26ª REUNIÃO)

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de 2021, reuniram-se, por videoconferência: Paulo Curi Neto, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado, representando a Egrégia Corte de Contas; Ivonete Fontinelle de Melo, Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPC/RO); Alexandre Jesus de Queiroz Santiago, Promotor de Justiça, Titular da Promotoria de Educação de Porto Velho/RO, representante do Ministério Público do Estado (MPE/RO); Isaías Fonseca Moraes, Desembargador, representante do Tribunal de Justiça do Estado (TJ/RO); Sérgio Muniz Neves, Defensor Público, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE/RO); Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO); Valmir Souto, Coordenador de Processo e Planejamento da SEDUC/RO; Ana Flora Gerhardt, Diretora Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde (AGEVISA/RO); Flávia Serrano, Coordenadora Estadual da Covid-Influenza (AGEVISA/RO); Ivo Barbosa da Silva, Coordenador Estadual de Imunização (AGEVISA/RO); Rodrigo Flávio da Silva, representante da Casa Civil do Governo do Estado de Rondônia; Zenilda T. Mendes da Silva, representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO); Augusto Pellucio, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia (SINEPE/RO); Alessandra Gotti e Ismar Barbosa da Cruz, representando o Instituto Article; Gláucia Lopes Negreiros, Secretária Municipal de Educação de Porto Velho; Rita de Cássia Paulon, Professora e Consultora; e Bruno Botelho Piana, Auditor de Controle Externo do TCE-RO, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições, relacionadas ao tema do ensino remoto e do retorno às aulas presenciais.

1) O que foi discutido

Inicia-se a reunião com o Presidente Paulo Curi enunciando as pautas do dia: 1. a retomada da questão sobre a conectividade; 2. informações sobre os protocolos para implementação nas escolas e certificação por comissões para o retorno com segurança; e 3. a vacinação no Estado, visando os profissionais da educação, com a presença da Diretora-Geral da AGEVISA Dra. Ana Flora, em conjunto com a Dra. Flávia, e o Coordenador Estadual de Imunização da AGEVISA Dr. Ivo Barbosa.

A Dra. Alessandra informa que, na próxima reunião, comemorar-se-á o primeiro ano da criação do GAEPE/RO. Declara que, onforme a trajetória, pactuações e resultados frutíferos no Estado, a partir do mês de abril, para além das medidas do diálogo necessário para mitigação dos prejuízos da pandemia na educação, faz-se necessário iniciar os debates sobre questões mais permanentes, começando pela educação na idade certa e a educação infantil. Feita essa observação, passa-se aos pontos da pauta.

Partindo dos informes relacionados às estratégias de monitoramento da implementação dos protocolos do retorno às aulas presenciais e a sua efetividade em todas as escolas, inicialmente coordenado pelo Dr. Ismar, a Dra. ALESSANDRA indica o avanço feito pelo grupo específico formado nas últimas reuniões, referente à elaboração de um questionário para o monitoramento das escolas no tocante aos protocolos. O Prof. VALMIR, Coordenador da SEDUC, detalha esses avanços, destacando a necessária ampliação do documento devido a questões específicas que surgiram durante as reuniões do grupo. Destaca que foi proposta a iniciação das tratativas com as redes municipais, através das Secretarias, para começar a criação das comissões locais. O questionário será apresentado na próxima reunião do GAEPE, para análise e observação dos membros.

O Dr. ISMAR pede para se manifestar e parabeniza o III SINED ocorrido na semana anterior. Notícia, ademais, que foi informado pela Dra. Marta, da Secretaria da Educação, da chegada dos EPIs para os municípios, adquiridos pelo Estado de Rondônia através do regime de colaboração.

A Dra. ALESSANDRA indaga sobre a possibilidade de um evento de mobilização aos Secretários Municipais, para aderirem às estratégias de retorno. O Dr. ISMAR conta que não foi discutido isso ainda, mas se encontra na pauta do grupo. Ressalta a importância de uma governança cooperativa.

Passando ao segundo ponto da pauta, referente a recepção das vacinas e a possibilidade da priorização aos profissionais da educação, a Dra. ALESSANDRA faz uma ressalva no sentido da não vinculação da imunização com o retorno das aulas presenciais, mas paralelamente ao retorno, priorizar que ela ocorra a esses profissionais. Salienta que o acesso das crianças à educação é fundamental e indispensável.

É passada a palavra ao Dr. IVO BARBOSA, que apresenta os dados sobre a vacina contra o Covid-19 no Estado de Rondônia. Informa que recebem as vacinas toda semana – Coronavac (Butantan) e AstraZeneca (Fiocruz), visando sempre entregar o mais rápido possível à população, e que já atingiram 100% da população indígena, do grupo dos trabalhadores da saúde e dos grupos dos idosos acima dos 75 anos. Até semana passada, conseguiram vacinar 46% dos idosos entre 70 a 74 anos, e 7% das pessoas entre 65 a 69 anos. Todo esse avanço se deu em razão do Ministério da Saúde mudar a estratégia de vacinação, possibilitando o uso de todas as vacinas recebidas para a 1ª dose, ampliando o atendimento de muitas pessoas, sendo aplicadas em sua totalidade, sem necessitar que fosse guardado um quantitativo para 2ª dose.

Destaca que, infelizmente, os profissionais da educação não estão na prioridade atual, mas espera que essa colocação seja revertida. Enfatiza a opinião de que as aulas só devem retornar quando houver a vacinação dos profissionais. Fala ainda sobre a compra da vacina Sputnik (russa), um recebimento de 1 milhão de doses de forma fracionada a partir de abril até o mês de julho, e que mais Estados também receberão. Pontua o engajamento de acordo com o estabelecido no Plano Nacional de Imunização – PNI.

A Dra. ANA FLORA aproveita o ponto a respeito do recebimento dessa nova vacina (Sputnik) e discorre sobre a criação do grupo envolvendo a SUPEL, a SESAU, a PGE, a AGEVISA e o Governador do Estado, que, em trabalho conjunto, possibilitou essa aquisição através da assinatura no consórcio iniciado pelo Estado da Bahia. Informa que o Dr. Fábio, Procurador-Geral do Estado, está à disposição para maiores esclarecimentos ao Presidente Paulo Curi e ao TCE.

A Dra. ALESSANDRA levanta duas questões: sobre a destinação da vacina Sputnik e sobre quando se estima que ocorra a vacinação dos profissionais da educação. Explana que, em São Paulo, foi adotada a estratégia de que, paralelamente à vacinação dos grupos do PNI, também serão vacinados os profissionais da educação acima dos 47 anos. A Dra. ANA FLORA informa que as vacinas seguirão o PNI, em conformidade com o Ministério da Saúde, sem demandas paralelas. O Dr. IVO destaca que ainda é difícil mensurar para onde irão essas vacinas, visto que ainda estão na fase de aquisição das mesmas.

O Desembargador ISAIAS pergunta se essas vacinas ficarão em Rondônia ou se serão destinadas ao país. O Dr. IVO informa que passará primeiro pela análise da ANVISA – órgão regulador nacional, mas será destinada aos Estados que participam do consórcio, sendo Rondônia um deles. Não se sabe ainda se precisarão seguir a ordem ao PNI ou distribuir de acordo com a necessidade do Estado, de forma paralela, conforme está sendo feito em São Paulo.

O Sr. RODRIGO FLÁVIO, representante da Casa Civil, pede a palavra e informa que essas vacinas que estão sendo adquiridas serão de propriedade do Estado. Também dá ênfase ao entendimento do Governador em colocar os professores como prioridade para vacinação, inclusive disposto em vários expedientes e ofícios. Como existe o Plano de Operacionalização da Vacinação no Estado, assinado por diversas autoridades, do setor da saúde e epidemiológicos, houve a vinculação dessas vacinas de acordo com o PNI. Entretanto, tem-se conversado com o Ministério de Saúde para que a ordem da vacinação seja flexibilizada, conforme a necessidade do Estado, sendo então priorizados os profissionais da educação e os agentes da segurança pública.

O Presidente PAULO CURTI pede para se manifestar e informa sua preocupação a respeito da vinculação da vacinação com o retorno das aulas presenciais. Observa que, embora o Estado, e até o município de Porto Velho, venham se mobilizando para que isso ocorra o mais célere possível, essas doses chegarão de forma fracionada. Discorda do Dr. Ivo ao colocar que um retorno seguro antes da vacinação é possível, desde que mantidos os protocolos sanitários. Compara essa afirmação com dados da Federação da Indústria no Estado – FIERO, indicando que todas as atividades industriais vêm funcionando, sendo registrado apenas um caso de contaminação, no início da pandemia, em uma unidade industrial; os países da Europa não ficaram mais

que dois meses com as escolas fechadas. Como o Estado vem adquirindo vacinas, não dependendo apenas da União, acredita que se tem todos os elementos necessários para fazer uma destinação mais específica dentro do Estado, de forma paralela e mais direcionada aos profissionais da educação. Sugere que seja formalizado esse direcionamento através de uma Nota Técnica.

O Sr. RODRIGO FLÁVIO se manifesta novamente para dizer que os pedidos feitos reiteradamente pelo Governador ao Ministério da Saúde não versam sobre o que será feito com as unidades adquiridas pelo Estado, sendo esses documentos direcionados para uma inversão nos grupos, trazendo os profissionais da educação de forma paralela, dentro do PNI. Quanto às vacinas compradas pelo próprio Estado, pretende-se alterar o Plano de Vacinação Estadual, esperando ter uma melhor resolução dentro do plano.

A Dra. ALESSANDRA pergunta, como havia um descompasso entre o Plano Nacional – inclusão dos profissionais da educação no 3º grupo para vacinação – e o Plano Estadual – 4ª fase –, se a adequação foi feita. O Sr. RODRIGO FLÁVIO responde que essa discrepância se deu em razão da criação de grupos específicos no Plano Estadual, sendo mais definido que o Plano Federal, que abrange tudo de forma geral. Frisa que um levantamento vem sendo feito para uma atualização do Plano Estadual, até pela “saída” de muitos dos grupos, conforme mostrado pelo Dr. Ivo. O Presidente PAULO CURTI se manifesta para pedir que essa atualização seja feita o quanto antes, para que a gestão educacional se organize com todas as medidas a serem tomadas, realizadas e organizadas.

A Dra. ANA FLORA pede a palavra e fala sobre a solicitação a PGE para ajustar a efetiva entrega das vacinas à população, e que isso será discutido em uma reunião no dia de amanhã. Os critérios – recebimento, armazenamento e distribuição aos municípios – da vacina imunizante serão feitos pela AGEVISA, para traçar o plano de forma eficaz e completa. Serão discutidos 28 itens, não apenas referente às escolas, mas também sobre a segurança no Estado.

A Dra. FLÁVIA se manifesta para expor a trajetória da AGEVISA no grupo. Concorda com a fala do Presidente Paulo Curi, a preocupação com o retorno das aulas apenas com a vacinação. Informa que os protocolos vêm sendo implantados, e que os sistemas de acompanhamento das escolas vêm sendo desenvolvidos e aperfeiçoados. Destaca que, mesmo após a vacinação, as medidas precisarão continuar sendo implantadas. O que se visa com a vacinação é a diminuição do agravamento da doença. Trata-se de uma construção, e que as medidas permanecerão.

A Dra. ALESSANDRA faz uma consideração sobre a fala no chat da Dra. ELIRIANE, a respeito da vacinação dos alunos com deficiência quando do retorno das aulas. Então, pergunta se a população com deficiência e menor de 18 anos poderá ser vacinada. A Dra. ANA FLORA informa que a vacinação ocorrerá apenas às pessoas a partir dos 18 anos, conforme o PNI, sendo inviável que seja vacinado quem ainda não foi testado com as vacinas nos estudos científicos. Em suma, pessoas abaixo de 18 anos não serão vacinadas no Brasil, independentemente da condição.

A Prof.^a RITA pede a palavra e pergunta sobre a comunicação com o SINTERO, que se encontravam veementemente contra o retorno antes da vacinação.

A Secretária Municipal de Educação de Porto Velho, Dra. GLAUCIA, se pronuncia para informar a ocorrência de uma reunião essa semana com a Secretaria de Saúde, o SINDPROF, o SINTERO, Conselhos e representantes da Câmara dos Vereadores, para reestudo do plano de retorno das aulas. O Estado, tanto da rede municipal quanto estadual, comungam das mesmas posições, afirmando que só voltarão a conversar sobre o retorno quando o Estado atingir a fase 3 do Plano de Contingenciamento. Fala ainda da direção do Prefeito Hildon no sentido da vacinação, com as doses que serão adquiridas pelo município de Porto Velho, visando os profissionais da educação. Houve também a aprovação, pela Câmara dos Vereadores, de uma lei que garante essa priorização.

O Secretário SUAMY se manifesta para dizer que, com referência ao planejamento da vacinação, conforme informado pela Dra. Ana Flora, a AGEVISA ainda não comunicou à SEDUC de como isso acontecerá, sendo o primeiro ponto a informação de quando os professores serão vacinados. Destaca que, conforme for estabelecido pela AGEVISA, não será difícil colocar em prática, e que, após essa deliberação, será iniciado o planejamento para organização. Conforme pontuado pela Dra. Glaucia, o SINTERO e o SINPROF estão bem enfáticos no sentido de só retornarem às aulas com a vacinação dos profissionais da educação, também em conformidade com o Governador de Rondônia Marcos Rocha.

A Secretária Municipal da Educação de Candeias do Jamari, Dra. CEIÇA, reforça o entendimento interno para vacinação dos professores e profissionais da educação, já trazidos nas falas da Sec. Mun. Glauca e do Sec. Estadual Suamy. Destaca a importância de se planejar com antecedência esse retorno. Informa também as dificuldades que vêm enfrentando nas buscas para tornar a educação efetiva aos alunos mais distantes.

É passada a palavra ao Secretário Chefe da Casa Civil, Sr. JÚNIOR GONÇALVES, em participação breve e pontual, que fala a respeito das últimas informações sobre a vacinação. Informa que está ocorrendo uma reunião entre o Ministério da Saúde e os governadores dos Estados, incluindo o de Rondônia, sobre a liberdade do processo de condução da vacina comprada pelos Estados, sem precisar seguir o PNI. Destaca que alguns governadores querem que as doses a serem recebidas sejam divididas entre o país, e não destinadas de forma integral aos Estados que compraram. Mas, de antemão, explica que o Ministro da Saúde informou que não haverá condução livre dentro dos Estados. Assim, o Governador de Rondônia se posiciona colocando duas prioridades: os professores e os agentes da segurança pública. Havendo uma definição nessa reunião, poderá se definir como proceder, mas o Governo Estadual não fará nada à revelia do Governo Federal. Ao fim dessa reunião, poderá divulgar se essas vacinas serão destinadas aos professores e à segurança pública. Destaca também que o Ministério da Saúde não está sensível a deixar os Estados livres, informando que a PGU entrará judicialmente contra os municípios que estão criando leis mudando as prioridades do PNI, para que o Plano Nacional seja restabelecido. Informa ainda que, nessa semana, entregaram ofícios solicitando a priorização das vacinas que estão chegando ao Ministério da Saúde, havendo um debate sobre o assunto. Pediram um prazo até quarta-feira para responder, havendo a possibilidade de liberarem um percentual só para os professores. Havendo essa liberação, começa-se com as vacinas que chegarão pelo Ministério.

A Dra. ALESSANDRA faz duas indagações: sobre as eventuais tratativas no tocante à possibilidade estadual de mudar a ordem ou estabelecer uma vacinação paralela, como vem sendo feito em São Paulo, e sobre o ponto da necessidade da previsibilidade da vacinação do seguimento da educação, para que as redes escolares estejam preparadas para quando o retorno ocorrer. O Secretário JÚNIOR informa que, a respeito do primeiro ponto, isso está sendo discutido hoje, seguindo alinhados com o governo Federal, e que essa mudança está sendo visada de forma conjunta, para abranger todo o país através do PNI. Quanto à previsibilidade, sendo definido esses pontos, poderão seguir com um cronograma. Hoje, não há como delimitar datas porque não tem como fazer essa vacinação.

A Dra. ALESSANDRA retoma e pergunta se, caso a autonomia estatal não seja dada nem a autorização para priorizar os professores, qual a previsão para início da vacinação desse seguimento. A Dra. ANA FLORA se manifesta e responde que estão seguindo o PNI, sem possibilidade de alterar qualquer direcionamento, com riscos de serem severamente responsabilizados. Traz ainda a informação de um material de campanha educativa através de vídeos que estão sendo divulgados para a população. A Dra. FLÁVIA reforça que toda propaganda para prevenção deve ser inserida, pois tem sido observada a ignorância da população para com a gravidade da situação.

Passando ao último ponto de pauta, referente ao questionário sobre a conectividade, a palavra é dada ao Dr. BRUNO PIANA para falar sobre a rede municipal, que informa alguns pontos sobre o assunto, como a participação de mais de 18.000 alunos, 2.500 professores e 380 diretores. Informa que ainda não verificou os dados, pois está retornando de férias na presente data, e por isso não apresentará os resultados ainda de forma concreta, apresentando um levantamento feito de forma oficial na próxima reunião. Destaca que houve uma baixa participação das comunidades ribeirinhas e indígenas, e antecipa que, dos resultados obtidos, a péssima qualidade de internet, problemas com a infraestrutura – escolas sem laboratórios de informática ou com aparelhos obsoletos – e a forma de acesso dos alunos, merecem especial atenção.

O Sr. VALMIR traz a perspectiva do questionário proposto na rede estadual, obtendo a participação de 57.718 alunos e 7.214 profissionais da educação até o dia de hoje. O questionário continuará aberto nessa próxima semana, para tentar ampliar as respostas obtidas. Informa que um painel foi construído para acompanhamento em tempo real, estratégia visada também para que as Coordenadorias Regionais impulsionassem a resposta do público. Apesar do número significativo, com base na estimativa de matrículas responderam 33,7% do geral, sendo 171.000 matrículas totais. Assim como os dados da rede municipal, apresentará na próxima reunião de forma mais completa.

A Dra. ALESSANDRA traz a apontamento feito no início da reunião, sobre abordar a educação como um todo, começando pelos pontos referentes a educação na idade certa e a educação infantil, e as ampliações de seu acesso. Explana-se detalhes sobre essa problemática, instruindo a UNDIME e a AROM a trazerem informações mais precisas sobre o assunto, visando também referências oriundas do sistema de justiça através da participação do MP e da DPE, a respeito da judicialização das vagas da educação infantil (creche ou pré-escola). Eventualmente, também fazer um levantamento dos dados a partir do TJ. Sugere-se, portanto, que sejam trazidas averiguações das mais diversas fontes, trazendo informações de forma estruturada e completa ligadas a questionamentos como: a) identificar o percentual de crianças de 0 a 3 anos que estão matriculadas em creches; b) se existe fila pra vagas nas creches; c) identificar o contingente de crianças que não estão na pré-escola, visto que essa fase é tida como etapa obrigatória; e d) qual o plano de expansão das novas gestões municipais. A UNDIME, representada pela Sra. ZENILDA, se põe à disposição para esse levantamento, identificando os dados a respeito. Não há representantes da AROM presentes, mas a demanda será levada a eles.

O Presidente PAULO CURTI encerra a reunião.

2) O que ficou deliberado

Ficou marcada nova reunião para o dia 09/04/2021, às 14h (quatorze horas), com os seguintes pontos de pauta:

1. Apresentação dos resultados sobre a conectividade nas redes municipal e estadual;
2. Estratégia de monitoramento da implementação dos protocolos do retorno às aulas presenciais;
3. Dados referentes ao levantamento sobre a educação infantil.

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Edilis Alencar Piedade, Analista Administrativa do TCE-RO, matrícula n. 321. O referido é verdade e dou fé.



Documento assinado eletronicamente por **EDILIS ALENCAR PIEDADE, Analista**, em 28/05/2021, às 10:41, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.ro.gov.br/validar>, informando o código verificador **0289833** e o código CRC **14739A20**.